A UTOPIA DO SABER NÃO FORMAL DOS RIBEIRINHOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: O CASO DAS PARTEIRAS DE VILA PROGRESSO (AMAPÁ/BRASIL)

Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Universidade Federal do Amapá
ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar
Universidade Federal do Amapá
nilpisca@bol.com.br

A utopia do saber não formal dos ribeirinhos na formulação de políticas públicas de saúde: o caso das parteiras de vila progresso, Amapá, Brasil (Resumo)

Esta utopia aborda o saber não formal dos ribeirinhos e as políticas públicas de saúde na atividade de Parteiras Tradicionais do Distrito do Bailique, no Estado do Amapá (Brasil). Especificamente organizou-se o trabalho a partir dos fundamentos da educação não formal que auxiliam na formulação de política pública socioambiental; através da participação das comunidades ribeirinhas; e, como as práticas de educação não formal dos ribeirinhos pode contribuir na formulação das políticas públicas. Na metodologia, usou-se os instrumentos de coleta de informações, revisão bibliográfica, observação participante e entrevista semiestruturada aplicadas à (8) oito parteiras, em um universo de dezesseis (16) profissionais.

Palavras-chave: Saber Não Formal. Ribeirinhos. Educação Não Formal. Amazônia . Política Pública.

The utopia of non formal knowledge by the implementation of public health policies. The case of Vila Progresso, Amapá, Brazil (Abstract)

This utopia addresses knowledge no formal of the *Ribeirinhos* and public health policies in the activity of the Traditional Birth Attendants Bailique District in the state of Amapá (Brazil). Specifically, the work was organized from the grounds of non-formal education that assist in environmental public policy formulation; through the participation of coastal communities; and as non-formal education of coastal practices can contribute in the formulation of public policies. The methodology used to the instruments of collecting information, literature review, participant observation and semi-structured interview applied to (8) eight midwives in a universe of sixteen (16) professionals.

Keywords: non-formal lnowledge, Ribeirinhos. non-formal education. Amazon. Public policy.

La utopia del conocimiento no formal en la formulación de políticas públicas de salud. El caso de Vila Progresso, Amapá, Brasil (Resumen)

Esta utopía aborda el conocimiento no formal de los *Ribeirinhos* políticas formales fluviales y de salud pública en la actividad de las parteras tradicionales Bailique Distrito en el estado de Amapá (Brasil). En concreto, el trabajo se organiza a partir de la base de la educación no formal que ayudan en la formulación de la política pública ambiental; a través de la participación de las comunidades costeras; y la educación no formal como de las prácticas costeras puede contribuir a la formulación de políticas públicas. La metodología utilizada para los instrumentos de recolección de información, revisión de la literatura, la observación participante y la entrevista semiestructurada aplicada a (8) ocho matronas en un universo de dieciséis (16) profesionales.

Palabras clave: saber no formal. Ribeirinhos. La educación no formal. Amazonas. Política pública.

Através do conhecimento e habilidades desenvolvidas pelos ribeirinhos de Vila Progresso, no Distrito do Bailique, município de Macapá, o saber não formal vem destacando-se na medida em que se constata a elevada ineficiência na gestão do Estado capitalista, do modelo clássico-democrático e das políticas públicas contemporâneas.

Nesse sentido, justifica-se a escolha da Associação das Parteiras Tradicionais, porque as práticas de realizar os partos desenvolvidos pelas parteiras da Vila Progresso representam o saber não formal dos ribeirinhos tratado como tema central. Esta escolha permitiu mostrar a situação socioeconômica da maioria das famílias ribeirinhas que não tem acesso direto às políticas públicas de saúde (Saúde da Mulher, Saúde da Família, Pré-natal, exames preventivos, entre outros serviços).

Na metodologia, usou-se a revisão bibliográfica, observação participante e entrevista semiestruturada aplicadas à (8) oito parteiras, em um universo de dezesseis (16) profissionais. Diversos fatores contribuíram, para que fossem entrevistadas somente 50% das parteiras cadastradas no Bailique: elevado número de ilhas no arquipélago, elevado número de comunidades (58), complexa dinâmica natural da foz do Amazonas e a distância entre Vila Progresso e demais comunidades, o que dificulta o contato permanente com as parteiras.

Em ditas condições, as demandas sociais de logística de transporte, de atendimento à saúde, à educação, à segurança, a coleta de lixo e ao saneamento ambiental necessitam ser incluídas, como agendas locais para assegurar o acesso adequado e a continuidade dos direitos individuais e coletivos dos indivíduos de Vila Progresso e dos demais segmentos sociais ribeirinhos.

O local da pesquisa foi na Vila Progresso, no Distrito do Bailique, localizado no sudeste do Município de Macapá (AP), na foz do rio Amazonas - Brasil. A escolha deste lugar foi priorizada porque é uma área estratégica, que representa um enorme potencial de conhecimento não formal desenvolvido pelos ribeirinhos que pode possibilitar a melhoria dos aspectos social, econômico, cultural e ambiental sustentável de sua população[1].

[1]Uma melhor descrição e localização do arquipélago do Bailique e da Vila Progresso, recomendamos acessar o sitehttp://casteloroger.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-11-29T10:04:00-08:00&max-results=10&reverse-paginate=true onde se encontrará maiores detalhes sobre a área estuda.

As temáticas citadas necessitam ser incluídas na agenda das ações do Estado, no sentido de assegurar a continuidade dos direitos individuais e coletivos dos moradores de Vila Progresso e dos demais ribeirinhos.

Na atual conjuntura é quase impossível a elaboração e implementação de políticas de governo e sociais com a ausência de mecanismo participativos concretos. Ademais, as diversidades e especificidades locais podem ser determinantes para a aplicabilidade das formas e dos ritmos de elaboração de um processo político de cunho coletivo.

Tais problemas remetem as seguintes indagações: De que forma o saber não formal das comunidades ribeirinhas pode contribuir à formulação de políticas públicas socioambientais para a Vila Progresso? A hipótese principal é que o saber não formal dos ribeirinhos contribui para a formulação das políticas públicas socioambientais para a Vila Progresso, porque surge dos aspectos históricos e culturais das comunidades, manifestando-se por meio das práticas cotidianas dos indivíduos, subsidiando-se por meio dos princípios do direito ambiental.

Por este motivo, é importante observar as necessidades de ampliação do processo educativo que não se restrinja ao processo ensino/aprendizagem no interior de unidades escolares formais. Precisa-se redefinir e transpor as barreiras destas instituições de ensino para os espaços da casa, do trabalho, das associações, como forma de organização sociopolítica dos indivíduos. Nesse sentido, um novo campo educativo estrutura-se, o da educação não formal, como um instrumento propositivo de políticas públicas sociais.

No Estado do Amapá (Brasil), um desses instrumentos foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), implantado entre os anos 1998 e 2005, cujas bases foram desenvolvidas, a partir da diretrizes do desenvolvimento sustentável de caráter local. Como programa de política de governo do Estado, deu-se no sentido inverso ao perfil das políticas públicas criadas para a Amazônia, de caráter excludente do saber não formal e das suas potencialidades desenvolvidas pelos segmentos sociais.

Fundamentos do saber não formal nas Políticas Públicas.

Educação não formal

Em se tratando da abordagem da educação não formal, como um dos campos de formação da pessoa, aduz-se que é um instrumento capaz de contribuir na elaboração e no aperfeiçoamento dos planos políticos administrativos. Deve estar associada ao próprio desenvolvimento da educação naquela comunidade, no sentido de nortear os programas de políticas públicas e de governos para a Vila Progresso.

Nesse sentido, educação não formal[2] é o processo educativo que se constitui a partir dos processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo os movimentos sociais, as organizações não governamentais e as outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social, ou em processos educativos

[2] Diferenciando educação não formal de educação informal, na primeira existe a intencionalidade em criar ou buscar certas qualidades ou objetivos. A segunda decorre de processo de formação espontânea ou natural, sem a devida intencionalidade em produzir resultados ou qualidades nos indivíduos.

fruto da articulação das escolas com a comunidade, via conselhos, colegiados, grêmios entre outros instrumentos de organização social[3].

Isso permite mostrar a construção de uma sociedade onde imperam as incertezas, ignoram-se a diversidade das culturas e as realidades das comunidades distantes dos centros, como forma de protegerem-se das invasões das "culturas" homogêneas e, que se apresentam à nova ordem, muitas vezes por meio do saber não formal, subsidiado por meio da ordem formal, onde os indivíduos são excluídos.

No setor público esta combinação nas intenções pode ser reforçada por meio do que pensa Montoro: adotar processos comunitários significa empregar métodos de ação social com a participação ativa dos seus membros, ver em cada homem um ser capaz de agir de forma racional e responsável; significa substituir o paternalismo pela participação, ou seja, uma política social e econômica de inspiração comunitária, que orienta-se para a desconcentração das atividades e decisões mediante a defesa e o desenvolvimento das comunidades que integram a sociedade civil[4].

Segundo Gohn, 2001b dentre os mais importantes, no campo da educação não formal, deve ser destacado o que vem ocorrendo nas áreas do associativismo e das organizações populares, onde o novo cenário tem sido construído a partir de três frentes básicas de ações coletivas, a seguir expostas.

A primeira é através das novas formas de gestão dos negócios públicos com políticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil e os governos. A segunda frente de ação são as novas formas de fazer política entre os movimentos sociais rurais como uso dos recursos promovidos pela mídia e de espaços urbanos para dar visibilidade às ações. A terceira frente básica são as novas articulações entre ONG, governos e empresários, no chamado terceiro setor da economia, que tem gerado novas modalidades de trabalho dentro do que está sendo redefinido como voluntariado.

Os treinamentos e as capacitações de profissionais da rede escolar formal, nas creches e escolas de educação para crianças e para idosos, campanhas para os direitos humanos, educação ambiental segundo as regras do lugar onde vivem, podem ter sido mecanismos suficientes, para que se diagnosticasse o setor de educação não formal.

Educação popular

Percebe-se que há relação da educação popular[5] com a educação formal como fundamento aglutinador de instrumentos, para a formulação de políticas públicas, a partir da educação não formal. Nesse sentido, consideram-se estes campos de conhecimento como modos estratégicos de promoção e de aplicabilidade dos interesses dos setores que compõem o jogo de forças do Estado, durante o período em que for necessário assegurar o equilíbrio e a estabilidade das forças de poder.

---

[3] Gohn, 2001a

[4] Montoro, 1982, p. 22

[5] Educação popular: Entendida como processo de formação de indivíduos, a partir da descentralização das atividades escolares, popularização da educação, expansão e maior participação da sociedade, nas ações públicas Freire (1979, p. 50).

Por isso, as perspectivas de mudanças provocadas por meio da educação popular permite constatar que o saber não formal dos ribeirinhos[6] conduzidos por meio da educação não formal e aglutinado pela educação popular pode ser de grande valia para o aperfeiçoamento das políticas públicas de governo e sociais.

Nesse contexto, observa-se que as experiências do que trata o autor sobre as organizações populares podem ser movimentos que, expressam elementos capazes de fornecer subsídio ao melhor desempenho da educação não formal, que na maioria das ocasiões, expôs o seu potencial a serviço da leitura de mundo ou de realidades particulares, no sentido de provocar determinados embates, os quais muitas vezes só se realizam a partir de iniciativas e interesses dos segmentos sociais ligados ao saber não formal, como é o caso dos ribeirinhos.

Esta fundamentação tem origem na América Latina, nascendo entre as utopias de independência, de autonomia e libertação, que propunham um modelo de desenvolvimento baseado na justiça social. Para esse modelo de educação popular, a conquista do Estado por meio dos seus seguidores era fundamental, porém esse processo foi interrompido pela brutal intervenção militarista e autoritária naquele período[7].

Essa interrupção da liberdade para a construção de novas formas de educar pode ser um dos fatores que mais contribuíram para a pouca contribuição da educação popular e da educação não formal, na elaboração dos programas de políticas públicas.

A consolidação desses aspectos pode ser constatada porque, durante o percurso desse texto, foram instigados a trabalhar o conceito de educação de maneira ampliada, a fim de se compreender a construção do processo ensino/aprendizagem, a partir das experiências adquiridas ao longo da vida dos indivíduos e expressados por meio da leitura, da interpretação e da assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos realizam de forma isolada, ou em contato com grupos ou organizações, na tentativa de consolidar os seus objetivos.

A educação não formal dos ribeirinhos e a ocupação da Amazônia

O potencial socioeconômico, da sua biodiversidade e do conhecimento não formal das populações pode ser capaz de gerar interesses dentre os gestores em elaborar programas que podem ser utilizados como políticas públicas, de reconhecimento, de exploração, de controle e de monitoramento dos recursos naturais.

No que se refere aos ribeirinhos do Estado do Amapá, onde a maioria das famílias vive nas áreas de várzeas, elas têm em seu favor, um ecossistema que abriga diversas espécies vegetais destinadas ao consumo doméstico: embaúbas (Cecropiasp.), mamoranas (Bombaxi Aquaticun), ananis (Symphoniaglobolifera L.), pracaxis (Pentaclethun Macroloba W. Kuntze), ingazeiros (Inga Edulis), Urucurizeiros (Bixa Orellana L), Murumuruzeiros (Eichhornia Azureakunth), Mururés (Nymphaea Alba) dentre outras. As espécies aqui elencadas pode não ter grande valia comercial, mas cada uma é de importância enorme como

[6] É o conjunto de conhecimento apreendidos por estes indivíduos durante o percurso da vida cotidiana, enquanto a educação informal é um dos mecanismos de aplicabilidade do rol de conhecimento apreendido pelos indivíduos sem a intenção de promover qualidades e assegurar os objetivos individuais e coletivos. Mais adiante será tratado com maiores detalhes sobre esta questão.

[7] Vale, 2001, p. 8

o pracaxi, bastante utilizado para a cura de inflamação na garganta e os demais para alimentação da fauna silvestre, além do equilíbrio aquático e ambiental[8].

Assim, os padrões de organização do espaço amazônico, contraditórios entre si e subjacentes as diferentes paisagens da região, no entender de Gonçalves 2012 trata-se neste caso do padrão de organização do espaço rio-várzea-floresta e o padrão de organização estrada-terra firme-subsolo, onde cada qual foi sendo criado ao longo da formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo[9].

A afirmação deste autor permite constatar que o saber não formal dos ribeirinhos por meio da aplicação da educação não formal pode ser uma das alternativas para melhorar as políticas de governo e sociais, a partir do conhecimento e das estratégias de aproveitamento dos recursos disponíveis, nas áreas de várzeas, somadas ao modo tradicional de organização do modo de vida destas populações, que tem resistido às diversidades de interesses do capital e do comando de poder das elites.

O impedimento na participação dos segmentos sociais, por meio da educação não formal, pode não lhes ter permitido gerar ilusões, mas permitiram ir de encontro às implicações promovidas pelos instrumentos institucionais, pelo desamparo político e pela repressão policial, a que estiveram submetidos às diversas populações amazônidas como os pequenos produtores rurais, os pescadores, os conselhos comunitários e os tantos outros como os ribeirinhos de Vila Progresso, por ocasião das reações organizadas e expressas, por parte destas comunidades contra o poder da burguesia[10].

A forma de organização social e de educação não formal desenvolvidas por estes segmentos, embora fossem fatores que podem ter proporcionado condições mais ou menos idênticas a estes setores sociais, juntos naquele momento, não foram competentes para o estabelecimento de formas políticas de organização e de reação social, capazes de contraporem-se a expansão do capital, de forma que elas fossem também beneficiadas pelo processo de ocupação da Amazônia, talvez preferindo aguardar as condições e o momento apropriados para tal investida.

As reações promovidas por meio do saber não formal destas populações podem permitir concordar com Ammann, no que se refere ao apoio e ao desenvolvimento de comunidades, que devam ser capazes de ser utilizadas como técnica de socialização destes segmentos sociais, a sociedade em geral[11].

Em se tratando de Amazônia, a pouca coesão nas formas de organização, no campo e em função da antiga organização extrativista e ainda, a dispersão dos núcleos populacionais, no interior das florestas ou às margens dos rios e dos igarapés são fatores que podem ter contribuído para que o Estado, por meio do processo político ordenado pelo governo pudesse impor-se aos desígnios destes segmentos sociais, fragmentando-as, mesmo em pleno final do século XX.

---

[88] Bacelar, 2010, p. 29

[9] De acordo com Carlos Porto Gonçalves, "Materializa-se na Amazônia dos conflitos de interesses entre diferentes segmentos e classes sociais que, estando ou não localizadas na região, imprimiram suas grafias a esta terra grafando-a" (Gonçalves, 2012, p. 79).

[10] Loureiro, 1992, p. 116

[11] O relato da autora se revela por meio da seguinte afirmação "O desenvolvimento de comunidades foi passado a limpo em função da sobrevivência das populações regionais e também do próprio capitalismo" (Ammann, 2009, p. 13).

Nota-se, com isso que a prática de exclusão adotada por meio das políticas públicas de cunho arbitrário dispensado aos segmentos sociais, naturais, em particular, aos ribeirinhos, permite indicar que há necessidade urgente da integração destes setores sociais, às gestões públicas de governo, por meio da educação não formal, evidenciando as potencialidades, as criatividades e as habilidades não formais, desenvolvidas por estas populações na formulação de políticas públicas, de cunho participativo e democrático.

A educação não formal no programa de desenvolvimento sustentável do Amapá

No caso do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), implantado a partir de 1998, suas bases foram desenvolvidas, por meio dos moldes do Programa PDSA, a partir do ordenamento sustentável de caráter mundial. Mas, como programa de política pública de governo do Estado, deu-se em detrimento ao perfil das políticas públicas criadas para a Amazônia, de caráter evidentemente de exclusão do saber não formal e das suas potencialidades desenvolvidas pelos segmentos sociais, de natureza natural.

Considerando que a história de exploração dos recursos naturais e a geração de riquezas sempre deram-se de maneira concentrada, permitiu com que, na Amazônia, a população desta região chegasse a sua grande parcela à extrema miséria, apesar da existência de vantajosa exuberância em termos de recursos naturais, com uma exuberância dos cenários naturais que contrasta com a pobreza dos seus habitantes.

Notadamente, o Amapá tem problemas sociais e econômicos em nível elevado, uma determinada pressão migratória e outros fatores que devem ser priorizados pelas gestões de governo, mas tem uma diversidade de recursos naturais, o saber não formal, que podem ser representados por meio da educação não formal dos diversos segmentos sociais como os ribeirinhos, podendo ser decisivo para o seu desenvolvimento, potencializando-os como instrumentos legais e administrativos, comprometidos com a sustentabilidade ecológica, social e participativa, orientados por meio de políticas públicas inclusivas.

As ações efetivamente realizadas

De acordo com Moraes[12], no Amapá o projeto de lei criando a "Agenda 21" combinada com a Agenda 21 Nacional, aprovada em 1998, ou seja, com atraso historicamente considerado, no intuito de integrá-la à diretriz nacional. Este retardamento na implementação do ideário sustentável a fim de desenvolver o Amapá pode ter acarretado diversas perturbações como dúvidas sobre metas a serem desenvolvidas, o desconhecimento dos princípios sustentáveis, a inabilidade operacional, entre outras situações, para o delineamento da formatação e da gestão de governo.

O Decreto nº 2453, de 14 de março de 1995, institucionaliza o PDSA como plano diretor para dirimir todas as ações sociais, econômicas e políticas da esfera do governo do Estado. Percebe-se que esta iniciativa foi de extrema importância, porque elegeu como a principal agenda política o PDSA, a ser cumprida durante os anos de governo, de 1995 até 2002, no

[12] 2005, p. 79

sentido de atender também, as necessidades econômicas do Estado, valorando o território, a territorialização e os interesses da população amapaense[13].

Na área social, criou um dos mais importantes, o projeto de valorização das parteiras (os) das florestas, porque envolve diretamente o desenvolvimento sustentável com a questão cultural, onde possibilita reconhecer as experiências acumuladas pelas populações tradicionais, incluindo neste conjunto, os ribeirinhos de Vila Progresso, porque elas (eles) exercem funções importantes na humanização dos partos e na redução da mortalidade infantil[14].

Percebe-se que foi exatamente a partir do PDSA, como um novo modelo de gestão participativa no Amapá, especialmente no Bailique, que se pôde observar o crescimento e a evolução das organizações comunitárias naquele Distrito. Uma vez que naquele período conforme o agente distrital local, dezenove entidades foram criadas, dentre as quais destacando-se: uma colônia de pescadores, um conselho comunitário e várias associações de moradores. Fato este corroborado pela informação da Seplan[15].

As dimensões e as práticas não formais dos Ribeirinhos

A incorporação do saber não formal dos ribeirinhos e de outros segmentos sociais, no caso dos pescadores, dos agricultores e de outros coletivos, embora seja ainda objeto de polêmica sobre o potencial destes conhecimentos na interação das políticas, pode ser importante para ampliar a agenda temática e o campo empírico produzido por este tipo de saber.

Nesta ordem, conhecer a função de cada indivíduo, os objetivos e as metas a serem atingidas pelo grupo, constitui etapas e conteúdos indispensáveis que deverão ser tratados coletivamente. No caso dos ribeirinhos de Vila Progresso que já se organizam por meio de entidades não governamentais, o conhecimento tradicional não formal manifesta-se por meio das potencialidades e das habilidades que podem aparecer de diversas formas, entre elas as que abrangem a preparação para expressar-se em público, com a finalidade de defender os interesses dos membros da sua entidade e de outros setores da sociedade civil.

Nesta ordem, identificar e conhecer o perfil da sua entidade no contexto de participação dos movimentos sociais, em busca de melhoria da qualidade de vida dos seus membros, passa também pelo processo de formação política dos seus membros e do coletivo do qual faz parte.

Capacitação dos indivíduos para o trabalho

O segundo campo em que o saber não formal produzido pelos ribeirinhos pode contribuir para a formulação das políticas públicas, está relacionado à formação por meio da educação não formal à capacitação dos indivíduos para o trabalho. Esse processo pode ocorrer em ocasiões

---

[13] "As fontes propulsoras para assegurar a matriz sustentável do PDSA também fundamentaram suas perspectivas socioeconômicas, políticas e culturais de desenvolvimento, considerando as necessidades de manipulação e de consolidação do conceito, do método e das técnicas de análise prospectiva por meio de linguagem comum entre técnicos e leigos, no sentido de elaborar, de interpretar e de utilizar o paradigma sustentável como instrumento para melhorar as condições socioambientais da população do Amapá e, em particular dos ribeirinhos de Vila Progresso" (Seplan, 2000, p. 8).

[14] Martins & Moulin, 2000, p. 53

[15] Quanto "a capacidade de mobilização social e realização de atividades sociopolíticas são surpreendentes entre os segmentos sociais da região" (Seplan, 1998, p. 3).

nas quais os indivíduos manifestam-se por meio da sua criatividade individual e participativa, desenvolvendo suas habilidades e/ou potencialidades ao desempenhar suas funções no sentido de concretizar seus objetivos.

Assim, a recapacitação[16] e o aperfeiçoamento dos indivíduos que já fazem parte das entidades e dos novos membros que irão integrá-las, no sentido de dar continuidade no desempenho de determinadas funções, podem ser práticas provenientes da criatividade desses indivíduos, caracterizando-se, em unidade nas intenções dos grupos sociais, visando à manutenção da sua existência.

Além do exercício durante a preparação dos instrumentos de uso cotidiano (tais como: caça, pesca e coleta de diversas formas), a prevenção e a cura das enfermidades por meio das benzeções[17], a produção e a recomendação dos remédios utilizando as plantas e as ervas naturais são saberes não formais provenientes das habilidades e da criatividade desses indivíduos, ao longo do tempo.

De modo semelhante, as práticas de partejar podem ser um dos exemplos clássicos, comumente ocorrida nas áreas rurais, nas comunidades ribeirinhas e nos lugares mais distantes da Amazônia do Brasil e de diversas regiões da terra, em particular, na Vila Progresso, comunidade que ainda é possível observar as experiências das parteiras tradicionais que tem auxiliado os médicos nas suas várias funções, tais como:

a) na orientação e prevenção sobre os cuidados com as crianças; b) na assistência às mulheres durante as gestações; c) no preparo e durante os trabalhos de parto. Esses são alguns dos exemplos das práticas não formais dos ribeirinhos transmitidas às novas gerações, que têm possibilitado assegurar a continuidade da existência destes segmentos.

Em particular no campo da saúde pública dos ribeirinhos e das demais populações de difícil acesso aos benefícios sociais, já que essas habilidades desenvolvidas durante a aprendizagem são oriundas do conhecimento empírico e, na maioria das vezes, do conhecimento advindo do senso comum praticado pelos indivíduos ao longo das experiências por eles vivenciadas.

Práticas de organização comunitária

Este modo de organização, que sempre prevaleceu à vontade dos coletivos de indivíduos em detrimento da perspectiva individual, pode ser considerado também um dos mecanismos de controle socioideológico utilizado pelos modelos de gestão contemporânea, no sentido de propor critérios de controle sobre as ações individuais.

É nesse sentido do conhecimento que os indivíduos das comunidades ribeirinhas passam a participar das primeiras experiências em organização coletiva, agregando também as primeiras informações acerca da importância de estarem sempre juntos na busca de objetivos comuns, decidindo, seja a favor ou contra as diversas atitudes tomadas pela sua entidade, por

[16] Aqui entendida como reconstrução de conhecimentos no sentido de que os indivíduos, naturalmente, já são capazes de produzir algo em algum momento de sua existência.

[17] Rituais e invocações da fé em Deus, nos espíritos das florestas e nas cantorias, dos mares recitadas pelas sereias. Entendidas como rezas praticadas por pessoas mais antigas e experientes nos interiores das diversas regiões, especialmente da amazônica.

sua organização ou por seu grupo, a partir de habilidades não formais que são produzidas nos ambientes destas organizações.

Práticas desta natureza podem ser relevantes para comprovar a importância do saber não formal das comunidades tradicionais, na formulação das políticas públicas, porque exigem dos indivíduos que compõem algumas tribos na Amazônia, certos conhecimentos e habilidades não formais que, de acordo com seus usuários, quando consumidos pelos pajés no interior das florestas, é capaz de livrar o corpo e a alma de toda impureza, fazendo a mente viajar no tempo e no espaço e abrir comunicação com os antepassados e com as forças da natureza.

Assim, as crenças entre os membros dos grupos sociais reforçam cada vez mais a unidade nos seus interesses comunitários, constatando-se ainda, por meio destas práticas as formas de contribuição da educação não formal, na organização dos grupos sociais, como alternativa de solucionar os seus problemas e garantir cada vez mais a unidade dos indivíduos, consolidando a solidariedade, a fé e os interesses comuns em sua existência, visto que, o modo de agir e de pensar destas populações pode ser capaz de melhorar o nível socioeconômico e político da sociedade em geral, a partir das organizações comunitárias.

Verifica-se com isso o potencial do saber tradicional, manifestado em grande parte por meio da educação não formal, na construção dos modos de vida dos ribeirinhos e também de outras populações, em que historicamente permanecem alimentando as novas gerações, no sentido de assegurar as suas habilidades indutivas e práticas, a manutenção da vida, e dos seus valores socioculturais, em todo e qualquer modo de organização da sociedade, que possa ser capaz de permitir aos indivíduos relacionarem-se com o mundo de maneira equilibrada.

Praticando o saber não formal

Na análise e discursão dos resultados manifestaram-se a partir das indagações a seguir:

Antes de você trabalhar como parteira (o) tradicional, como era a sua vida e em que você trabalhava?

Notou-se que as (os) parteiras (os), antes e mesmo durante o exercício de partejar, sempre desenvolveram outras atividades, tendo cerca de 50% dos entrevistados ocupados na agricultura como o principal meio de subsistência, seguido da atividade de pesca. Constatou-se ainda que 25% dos entrevistados têm a agricultura e da extração do látex da seringueira como outras atividades desenvolvidas. Também se diagnosticou que um quantitativo 12,5% atua tanto na agricultura quanto em atividades domésticas, enquanto outro quantitativo de 12,5% realizam atividades domésticas e de pesca, concomitantemente.

Um aspecto que pode chamar atenção é o fato em que de maneira geral os informantes ribeirinhos sempre estão desenvolvendo mais de um tipo de função, com diferença entre si que, só as suas habilidades naturais, podem permitir que as executassem, justificando-se em função do estilo de vida coletivo em que a maioria destas populações agregou ao cotidiano dos seus componentes, construindo as várias possibilidades para assegurar a continuidade da vida.

Estes fatores demonstram que, para os ribeirinhos as suas maiores preocupações é no que diz respeito, a reprodução do seu modo de vida, contrapondo-se com o modelo de vida moderna, principalmente na condição histórica em que vivem, uma vez que a tecnologia e a informação pode melhorar a vida e as suas condições sociopolíticas e culturais.

No que se referem à idade, as informantes relataram por meio da seguinte indagação: **com que idade você começou a fazer parto?**

Quadro 1
Idade em que começou a fazer partos

Idade	Quantidade	%
Entre 10 a 14 anos	1	12,5
Entre 15 a 20 anos	2	25
Entre 21 a 25 anos	2	25
Entre 26 a 30 anos	1	12,5
Entre 31 a 35 anos	1	12,5
Não lembra	1	12,5

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Pelos dados acima foi possível depreender que os indivíduos que tendem a desenvolver a prática de partejar dentre os segmentos sociais ribeirinhos, desde a sua adolescência, apresentam atitudes como: curiosidade, atenção, interesse e vontade em apreender a função, não sendo observado esse tipo de interesse com tanta frequência entre os mais velhos.

A justificativa que se pode prever para que os indivíduos desde muito cedo tendenciem para as práticas de partejar pode ser em função da elevada precariedade de políticas públicas no setor da saúde.

Por conta disso, as iniciativas destas pessoas em partejar por meio do conhecimento não formal podem ser em função, da necessidade de manutenção grupal, emergindo um sentimento de sustentabilidade na Vila Progresso, no Distrito do Bailique.

Assim, o aprendizado por meio do saber não formal sobre as práticas de partejar desenvolvido pelos ribeirinhos levou ao seguinte questionamento: **de que forma você aprendeu esta profissão?**:

Quadro 2
Meios de aprender a profissão

Meios de aprendizado	Quantidade	%
Por curiosidade	2	25
Com a avó	1	12,5
Com a mãe	1	12,5
Por necessidade	1	12,5
Olhando e praticando	3	37,5

Fonte: Elaboração própria, 2013.

A categoria “curiosidade” aparece como a segunda resposta como meio de aprendizado nesta função de partejar. Infere-se, portanto, que os indivíduos ribeirinhos ou até mesmo outros

segmentos sociais desenvolvam atividades não formais, constituindo no interior do seu ser determinado índice de potencialidade que os levam a despertar por tipos de aprendizado a partir dos contatos entre as observações e as práticas realizadas no interior das coletividades.

As formas de aprendizado não formal desenvolvidas pelos segmentos sociais, em particular pelos ribeirinhos de Vila Progresso, manifestam-se historicamente desde o aprendizado proveniente de geração em geração, no caso em questão, iniciando o aprendizado por meio da bisavó, da avó, da mãe, que estimulados pela curiosidade e pela vontade de aprender dos indivíduos adentram a este tipo de atividade.

Quando perguntados **porque você teve que caminhar pra essa profissão.** As respostas dos informantes abaixo elencadas desvelam que nesta situação, uma média de 62,5% dos informantes elegeu a categoria "necessidade" como motivo maior a seguir esta tarefa. Aproximadamente 12,5% por curiosidade. Em torno de 12,5% por gosto pessoal. Um quantitativo de 12,5% não soube explicar. Verifica-se, portanto, que os dados demonstrados por meio da pesquisa de campo indicam que a categoria "necessidade" obteve o maior índice, sendo justificada por diversos aspectos, tais como: o isolamento geográfico dos segmentos sociais, a pouca ou quase nenhuma infraestrutura em saneamento básica, o baixo índice de escolaridade.

A pouca assistência sociopolítica e econômica que podem ter gerado as necessidades entre alguns indivíduos ribeirinhos, no sentido de desenvolverem esta função, pode ser percebido por meio das repostas dos informantes, quando foram questionados sobre: **Que tipo de motivação você teve para desenvolver essa profissão?** Um entrevistado manifesta-se expressando o seguinte discurso:

"É até mesmo porque não sei se veio de família, minha avó, minha bisavó, minha mãe tudo foram parteiras, tanto fazendo parte da minha mãe como do meu pai tudo trabalhava como parteira. Eu acho que da minha família a única que ingressou nessa profissão foi só eu, que ninguém mais, nem uma prima, nem minha irmã, minha irmã tinha ódio, quando uma mulher tava com dor não ia nem lá perto tinha medo, eu não, sempre curiosa sempre tive aquela força de vontade de aprender e de ver graças a Deus que até hoje tudo tem dado certo nunca teve problema nenhum".

Considerando a grande carência de profissionais habilitados para tal função, além da elevada contribuição e importância em que as parteiras representam para a comunidade local e, em certas ocasiões à sociedade em geral, constata-se que a força de vontade, a necessidade, a dificuldade e a contribuição social que desempenha nos diversos lugares do planeta terra, em particular na Amazônia, onde abrange o Distrito do Bailique, local em que situa a Vila Progresso, são fatores que podem assegurar a continuidade desta função entre os ribeirinhos.

Por conta da função social que representa a atividade de partejar entre os ribeirinhos foi importante fazer a seguinte pergunta: **Quando você despertou que, na verdade, você era uma parteira?**

Quadro 3
O despertar para ser parteira

Percepção de ser parteira	**Quantidade**	**%**
De 1 a 5 partos	3	37,5
De 6 a 10 partos	2	25
De 11a 15 partos	1	12,5

Por grande procura	1	12,5
Não soube explicar	1	12,5

Fonte: Elaboração própria, 2013

Percebe-se, que as parteiras tradicionais ribeirinhas, apesar da importância social e da credibilidade manifestada pela comunidade em relação à atividade que desenvolvem entre as grávidas e entre seus familiares, as mesmas por si só não ousam rotularem-se como parteiras propriamente ditas, pois elas executam a função e na medida em que vão agregando experiências nesta empreitada, passam a demonstrar segurança no ato de praticar os partos.

O desempenho deste modo de pensar e de agir pode ser em função do índice de responsabilidade e dos riscos em que se deparam constantemente, como a não realização do parto, com segurança para a vida da mãe, do bebê da integridade da parteira (o), livrando-a de possíveis embaraços culturais e jurídicos, na realização de um parto.

Quanto ao estado de **esmorecimento, foi questionado se esta situação dificulta o trabalho.**

Quadro 4
O esmorecimento como um estado de insegurança na hora dos partos

Impactos por Esmorecimento	**Quantidade**	**%**
Sim	1	12,5
Falta de coragem estímulo e medo	5	62,5
Falta de fé	1	12,5
Medo de fazer o parto e medo de pari	1	12,5

Fonte: Elaboração própria, 2013

Em função destas condições que exigem bastante habilidade, experiência e equilíbrio emocional, tanto por parte das parteiras quanto das parturientes, é que se pode conforme uma informante, ser considerado o momento em que elas reciprocamente se deparam diante do que se chama de esmorecimento, que se bem entendidas sobre as regras de determinação e de obediência tudo pode ocorrer bem. Nesse sentido, o dizer de uma informante pode asseverar a proposição:

"Dificulta, no caso você esta acompanhando uma mulher e na hora a mulher já tá ali toda nervosa com uma dificuldade imensa e você como parteiro se você não der coragem, não der força pra ela, não animar ele, ela é capaz ate de morrer, era o que estava acontecendo com essa lá, ela dizia que não dava mais conta ela não tinha condições, aí ela queria morrer porque não dava mais conta, ai, eu comecei animar ela, não, a senhora vai ter, a senhora da conta e, em seguida eu fiquei lá na hora em que bebê ia nascendo, ela parou de ajudar e o bebê ficou preso e, preso e eu fiz tudo, tudo que eu já tinha feito, tudo que eu podia fazer eu fiz pra salvar o bebê, quando o bebê nasceu ele não respirou ai ele ficou totalmente parado".

Percebe-se durante o relato da informante que o esmorecimento pode ser considerado uma situação de risco pela qual se deparam as parteiras e as parturientes, que precisa ser superada a partir de alternativas não formais como estímulos, benzeções, práticas de respiração, além de alternativas não formais, que são mecanismos importantes utilizados pelos ribeirinhos, capazes de auxiliá-los mediante situações de possíveis dificuldades, conforme relato abaixo:

"E eu fiz massagem na costa, massagem no peito, eu fiz, eu animei o coração, eu fiz o processo de encher o pulmão de água e nada, nada, e eu dobrava essa criança de bruço, amassava, amassava, e, foi até que coloquei

assim em baixo que não podia amassar com força porque é um recém, nascido, coloquei em baixo amassei , fui amassando , amassando, amassando, só vi quando o coração disparou ela tava com quase 10 minutos todo mundo dizia que estava morto mesmo estava totalmente roxo, ai na hora que eu vi , na hora que eu vi mesmo o coração disparou e eu comecei animar mesmo e voltou a viver foi uma benção uma maravilha todo mundo que estava viu".

Nesse sentido, as formas de organização do modo de vida dos ribeirinhos sempre foram e poderão ser capazes de demonstrar o potencial sócio organizacional construído por eles, no sentido de criar mecanismos que possam gerar novas habilidades, nas intenções de resolverem problemas coletivos.

Para não pairar dúvidas a respeito desta potencialidade não formal utilizada pelos ribeirinhos indagou-se a informante: **Que tipo de alternativa você usa para realizar o parto?**

Quadro 5:
Instrumentos alternativos não formais utilizados na hora do parto

Alternativa	Quantitativo	%
Experiências	1	12,5
Outros exames na mulher: uma puxada, um chá, um caribé com 5 pimentas do reino, tesoura fervida, casca de taboca, fio branco e oração.	5	62,5
Dependendo da situação: um chá de alfazema e de alecrim, um copo com leite.	1	12,5
Um caribé com pimenta do reino e fé.	1	12,5

Fonte: Elaboração própria, 2013

Assim, é possível deduzir que os dados demonstrados pela tabela acompanhados pelos depoimentos da informante a respeito dos meios alternativos[18] utilizados pela maioria das parteiras durante a realização dos partos como exame na mulher, uma puxada, um chá, um caribé com cinco pimentas do reino, tesoura fervida, casca de taboca, fio branco e oração, são iniciativas não formais de extrema importância para suprir as demandas necessárias à prática de um parto, no sentido de não gerar problemas ou quase nenhum, tanto para as parteiras quanto para as parturientes e os seus bebês.

Nesse perspectiva, entende-se que criatividade e habilidades não formais desenvolvidas pelas parteiras, a partir de alternativas não formais criadas por elas, podem demonstrar um enorme potencial de conhecimento, extraídos a partir das relações socioambientais entre os ribeirinhos e a natureza, em função da disponibilidade dos recursos minerais, animais e vegetais, tidos como fontes e como condições naturais capazes de proporcionar diversos mecanismos de segurança, de credibilidade e de manutenção da vida entre os coletivos de indivíduos da comunidade de Vila Progresso.

Esses relatos em forma de ações podem combinar-se, permitindo entender que, por natureza não formal deste ripo de ações podem ter motivado as parteiras(os) a confirmar por meio de

[18] Meios alternativos utilizados pelas parteiras (o) entre os ribeirinhos, para agilizar e facilitar o nascimento do bebê, durante o trabalho de parto, que se inicia a partir do rompimento da bolsa até a remoção da placenta.

sua fala, sobre este modo de viver comunitário, a partir da seguinte indagação: **De que forma você contribui com as suas colegas no grupo de parteiras?**

"Na realidade eu sempre reúno com as parteiras e o que eu faço se nós somos umas quantas parteiras aqui no Bailique, não temos um centro a onde a as mulheres possam fazer o pré-natal, onde a mulher possa fazer um acompanhamento de sua gravidez, mais o que é que eu digo pra elas cada parteira já esta comprometida com uma mulher, tem que manda essa mulher fazer exame, fazer o Pré-natal, porque ela tem condições de ir a Macapá, aqui na vila progresso, já foi criado o PSF (Programa de Saúde da Família), onde a gente já começou o pré-natal, tem o médico e o enfermeiro quando vem pra cá, quando eles estão aqui, todas as mulheres já fazem o acompanhamento".

Nota-se claramente que durante o dizer da entrevistada há um apelo indeterminado por políticas públicas de melhor atendimento aos ribeirinhos sobre infraestrutura como, por exemplo: Unidade Básica de Saúde (UBS), que possa permitir o pré-natal das mulheres e ampliar o Programa de Saúde da Família (PSF).

Assim, e para detectar as perspectivas das informantes durante as entrevistas, foi importante fazer o seguinte questionamento: **Depois que você passou a fazer parte da Associação de Parteiras mudou a sua vida em muitos aspectos?** Analisando as respostas, notou-se que para os ribeirinhos é de grande relevância está sempre reunido em grupo para discutir e para resolver os problemas que por ventura demandem soluções na comunidade.

Resolvem também as implicações geradas por fatores externos, como as políticas públicas implantadas por meio da gestão de governo para melhorar a qualidade de vida dos seus membros, que em função destas populações estarem distantes, dos centros de tomada de decisões, constantemente deixam de ser atendidas nas suas prioridades básicas, destes segmentos sociais. Nesse sentido, a fala de uma informante pode afiançar melhor sobre como pensam os ribeirinhos:

Sim, em grande parte porque agente se reúne, conversa sobre o trabalho, troca experiências, ensina para a outra aquilo que ela não sabe e também aprende outras coisas que agente ainda não viu. Às vezes nos somos convidadas para as reunião do governador, do prefeito porque nos somos um grupo de mulheres e parece que nos somos importante pra eles, pra esta lá tratando dos problemas da comunidade, depois a gente volta fazer o nosso trabalho, orientar as mulheres e crianças

A participação delas nos eventos tais como: audiências públicas, ações sociais como: atendimento médico, imunização por meio de vacinas contra doenças infecto contagiosas, expedição de documentação civil, pagamento da bolsa família, além de outros eventos organizados pelo Governo do Estado, na comunidade de Vila Progresso, promoveram significativas contribuições, tais como:

a) a maioria das parteiras demonstra acreditar que melhorou sua vida porque passou a participar dos eventos; b) adquiriu mais conhecimento; c) adquiriu mais motivação; d) melhorou a sua vida financeira; e) ampliou o seu patrimônio, que ao se verem integradas a este conjunto processual que move também os indivíduos pode significar, para elas instrumentos, que podem melhorar as suas vidas.

De maneira geral, notou-se que os eventos[19] nos quais as parteiras sempre participam, são ações praticadas pelo Governo do Estado especificamente de cunho sociopolítico capazes de

[19] Sendo ações especificamente de cunho sociopolíticas de governo, a propósito não há registros das atividades desenvolvidas durante os eventos.

permitir a aplicabilidade das politicas públicas de governo, de acordo com os propósitos do tipo de gestão, sejam de cunho participativo ou não.

Nesse sentido, a interação produzida por estas formas de organização governamental e pela sociedade civil detectado pelas parteiras tradicionais ribeirinhas, a partir da iniciativa em fazer parte da Associação das Parteiras, estimulou o pesquisador levantar a seguinte questão: **como a sociedade reconhece o trabalho das parteiras?**

Cerca de 62,5% da população dos entrevistados reconhece a importância da atividade de partejar realizada voluntariamente pelas parteiras na comunidade, demonstrando isso por meio de comentários e de elogios. Também 25% da população ribeirinha reconhecem as qualidades de habilidade de criatividade e de potencialidade das parteiras, além de também reconhecer o bom trabalho realizado na comunidade voluntariamente.

Embora a maioria da população ribeirinha reconheça a real importância da atividade de partejar realizada pelas parteiras o governo direta ou indiretamente deve atuar na comunidade com a implementação de políticas públicas de saúde partindo desta perspectiva, os pesquisadores entenderam ser importante fazer a seguinte pergunta: **Qual a participação do governo neste processo de formação das parteiras?** A tabela abaixo relata as seguintes percepções dos ribeirinhos sobre a participação do governo na formação das parteiras.

Quadro 6
A participação do Governo do Amapá na formação das parteiras

Participação do governo na formação das parteiras	Quantidade	%
Paga meio salário, fazendo curso, ensinando mais.	4	50
Ampliou o modo de viver em grupo, orientando, motivando e aperfeiçoamento do parto normal.	2	25
Participa, não participam, só com as parteiras do interior, as parteiras incentivam mais, ao que ele as parteiras.	1	12,5
Não respondeu	1	12,5

Fonte: Trabalho de campo, 2013

Dos resultados demonstrados por meio da tabela acima, duas fases podem ser destacadas, no que diz respeito à participação do governo do Estado do Amapá, na formação da atividade de partejar desenvolvida pelas parteiras tradicionais de Vila Progreso.

a) a primeira fase pode tomar como referência os programas de governos do Amapá anterior às décadas de 1995, que durante o processo de levantamento de dados, construção teórica do

---

Os locais de acomodações dos acervos e documentações tais como: SEPLAN, SETRAC, Biblioteca pública do Estado, SEED, além de outros órgãos, não foram capazes de produzir e manter os registros destas valiosas tarefas sociopolíticas implementadas aos ribeirinhos e demais segmentos sociais.
As testemunhas vivas revestidas de autoridades como: Secretários de Estado, diretores de departamentos, funcionários de elevada experiências em ações sociopolíticas, se encontram fora do Estado ou aposentados.
Por estes e outro motivo a análise dos eventos com seus registros ficaram prejudicados.

trabalho, análises e construção deste artigo não foi possível constatar ações de governo que pudessem definir-se como instrumentos de capacitação/formação de parteiras (os).

b) a segunda fase, que se caracteriza a partir da década de 1995, em que a gestão implantou o PDSA, que em função de defender ideologias políticas socialistas durante a sua gestão, passa a incrementar e a preparar a população para participar de seu governo como sendo um segmento social à formação de uma gestão participativa.

Entre os segmentos sociais considerados de menor influência política, passa a incluir os ribeirinhos de Vila Progresso nos, setores de forças políticas que compuseram o governo do Amapá naquela época. Por conta deste acontecimento, acredita-se que durante o processo de coleta de dados da pesquisa de campo, a maioria dos informantes pode ter sido influenciada a responder que a participação do governo, na sua formação/capacitação a partir de 1995, sempre foi em função do pagamento de meio salário às parteiras, fazendo cursos e ensinando mais, uma vez que antes este benefício não existia.

Considerações finais

Observou-se que as análises dos resultados demonstraram que o saber não formal contribui para a melhoria da discussão, da formulação e da aplicabilidade das políticas públicas socioambientais para a Vila Progresso, no Distrito do Bailique, porque as políticas públicas precisam integrar o saber não formal ao conhecimento formal, no sentido de permitir a melhor formatação dos paradigmas de concepção do mundo, visando melhorar as condições politicas, socioeconômicas, culturais e ambientais da comunidade local.

Para tanto, a integração do saber não formal dos ribeirinhos precisa acontecer nas políticas públicas, porque tem sua origem nos aspectos históricos e culturais das sociedades humanas, fundamentando-se por meio dos aspectos sócio-históricos e culturais das comunidades, manifestando-se por meio das práticas cotidianas dos indivíduos no interior dos coletivos, amparados pelos Princípios do Direito Ambiental, especialmente ao direito ambiental cultural.

Nesse sentido, as características e concepção do “saber” aparecem profundamente entrelaçadas às dimensões éticas, espirituais, sociais e materiais da vida humana, assegurando novas possibilidades para a formulação, para a aplicabilidade e para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais de governo e sociais, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos porque historicamente os seus direitos e os seus deveres já estão fundamentados por meio de princípios, sejam consuetudinários ou do direito ambiental assegurado pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, cujos ribeirinhos já os praticam no cotidiano de sua comunidade.

Estas características permitem entender que as políticas públicas sempre necessitaram resultar de ações capazes de ouvir com mais atenção os segmentos sociais enquanto parceiros durante a sua execução. Ao contrário, os efeitos destas formas de se fazerem políticas tornam-se nocivo ao modo de vida natural destas populações, porque, no contexto da democracia necessariamente precisam lidar com a realidade contemporânea.

Adequando-as conforme a real situação do Estado, compreendendo-as que o PDSA, no Amapá, foi implantado por conta exclusivamente de uma decisão eminentemente política,

planejada pelos setores que compõem o jogo de forças políticas, por ocasião da elaboração dos programas de governo.

Antes as considerações emitidas até aqui e sem pretender esgota-las constatou-se que os ribeirinhos de Vila Progresso e adjacências do Distrito do Bailique representados pelas parteiras necessitam de políticas públicas de cunho inclusivo capazes de conhecer, discutir, incluir e aplicar o saber não formal e formal, dentre os programas de gestão pública no sentido de melhorar coletivamente, a qualidade de vida destes segmentos sociais. Nesse sentido a proposta de política pública explicita que:

Os resultados mais propositivos deste estudo foram: a) que o saber não formal dos ribeirinhos tem sua origem no interior da cultura desta população e se orienta por meio da educação não formal, norteando as atividades desenvolvidas pelos indivíduos no interior dos coletivos; b) as comunidades ribeirinhas podem contribuir significativamente, na formulação de politica pública socioambiental do lugar; c) o saber não formal dos ribeirinhos pode ser de grande utilidade, nas suas diversas dimensões e práticas de politicas públicas. Mas, há necessidade de integrar o saber não formal ao conhecimento formal, no sentido de permitir criar novos mecanismos de políticas sociais e de governo para a prevenção e ampliação do acesso a saúde. A utilização destes dados poderão melhorar as atitudes socioambientais individuais e coletivas da comunidade local.

Bibliografía

AMMANN, Bezerra Safira. *Ideologia de Desenvolvimento de Comunidades no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2009.

CATELO, Roger. *Amapá Minha Terra Amada.* Macapá: Blogspot, <http://casteloroger.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-11-29T10:04:00-08:00&max-results=10&reverse-paginate=true> Acesso em 20 de março de 2016.

BACELAR, Manoel Osvanil Bezerra. *Contribuições dos aspectos físicos em perícia ambiental. O caso da APA da Fazendinha.* Dissertação de Especialização em Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança.* 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONÇALVES, Carlos Valter Porto. *Amazônia, Amazônias.* São Paulo, Contexto, 2012.

GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais e educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

GOHN, Educação *Não-Formal e Cultura Política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia. Estado, Homem, Natureza.* Belém, CEJUSP, 1992.

MARTINS & MOULIN (org,). *Amapá - um norte para o Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTORO, André Franco. *Alternativa comunitária - um caminho para o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MORAES, Dias Paulo. *Governadores do Amapá. Principais realizações.* Macapá: Gráfica J M. 2005.

SEPLAN. *Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Região do Bailique, Macapá – AP*. Macapá: Seplan, 1998.

SEPLAN. *Construção de senários e estratégia de desenvolvimento sustentável do Amapá.* Macapá: Seplan, 2000.

VALE Ana Maria do. *Educação popular na escola pública.* São Paulo: Cortez, 2001.